

NEGROS EM MOLDURA BENEVOLENTE

A RESPEITO DE UMA CRÔNICA DE 1929*

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães  

Universidade de São Paulo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Oswaldo Truzzi  

Universidade Federal de São Carlos
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Renan Vidal Mina¹  

Universidade de São Paulo

A expansão da cafeicultura nas primeiras décadas do século XX deu-se sobretudo pela ocupação de novas terras do Oeste paulista e pelo regime de colonato propiciado pela imigração estrangeira subsidiada.² Ex-escravizados e seus descendentes foram em grande parte afastados do trabalho nas fazendas, passando a ser ocupados no desmatamento de novas terras, recolhendo-se à agricultura de subsistência em terras periféricas ou, principalmente, migrando para áreas urbanas já consolidadas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.³ Sabemos ainda pouco sobre o modo como migrantes nacionais, principalmente nordestinos

* O presente artigo foi produzido no âmbito do Projeto Temático Dinâmicas de incorporação, mobilidade e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950, apoiado pela FAPESP (proc. 2023/11937-5). Agradecemos aos colegas do projeto e aos do Departamento de Sociologia da USP, com quem discutimos uma versão anterior, assim como aos pareceristas da Afro-Ásia.

- 1 O pesquisador contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/05699-4.
O pesquisador contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/05699-4.
- 2 Thomas Holloway, *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012.
- 3 Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo: Dominus Editora, 1965.

e mineiros, e os descendentes de ex-escravizados, se integraram às novas áreas urbanas de expansão da cafeicultura, que floresceu em torno dos diversos eixos ferroviários que ligavam os grandes centros regionais às novas áreas pioneiras.⁴

Em poucos centros urbanos do Oeste paulista temos documentação sobre a vida associativa e o modo como a respeitabilidade negra foi construída por eles mesmos e representada através de sua imprensa e de seus documentos. Na maioria dos casos, temos apenas a representação dos negros forjada pela sociedade branca, nacional ou de origem estrangeira, documentada em almanaques de forma bastante sumária e ocasionalmente na imprensa nacional e imigrante. No caso de São José do Rio Preto, todavia, temos mais do que isso. O *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto, 1927-1929* se alonga em noticiar uma associação de “homens de cor” e a descrever as virtudes e os defeitos atribuídos à raça negra e, páginas adiante, enumerar as virtudes das diferentes raças dos imigrantes. No nosso esforço de entender o modo atribuído aos negros em Rio Preto, podemos ademais contar com os jornais *A Notícia* e o *Município*, publicados naquela cidade.

Neste artigo, dois capítulos daquele *Álbum* e três ilustrações serão analisados em particular. No primeiro, sob o título “Rio Preto Associativo”, em uma página sobre a “Sociedade Homens de cor – União faz a força”, o autor apresenta em termos elogiosos a associação, pondo-a no mesmo patamar de outras sociedades étnicas ou de outra natureza que congregavam e organizavam parcelas de sua classe média. Importante frisar que nem o autor do *Álbum* rechaça a pretensão de organização autônoma dos negros, como fazem alguns escritores que, nos anos 1930, buscavam livrar a nacionalidade brasileira de “quistos raciais”,⁵ nem critica os costumes e o modo de ser dos negros, numa espécie de reforço de desclassificação social e cultural.

4 Karl Monsma, *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*, São Carlos: EdUFSCar, 2021.

5 Cassiano Ricardo, “O negro do bandeirantismo paulista”, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 47 (1938), pp. 5-45.

A representação que encontramos no *Álbum* é tecida em tom benevolente de reconhecimento da posição social respeitável, embora subordinada, que os negros reivindicavam. A subordinação fica mais patente quando, no capítulo XV, “Galeria das Raças”, os negros não constam como uma das “raças” colonizadoras da comarca, protagonismo reservado apenas aos imigrantes estrangeiros – sírios, espanhóis, italianos e portugueses. Ou seja, sem serem excluídos da empreitada civilizatória, os negros não constavam, tampouco, como colonizadores, embora reconhecidos como parte integral do empreendimento de desbravar os sertões e como aliados na obra de colonização. A posição é dúbia: considerados nacionais brasileiros, podem, entretanto, se organizar racialmente, como homens de cor.

Neste artigo, faremos também uma tentativa de imaginar a autor-representação negra em São José do Rio Preto, utilizando para isso o que sabemos do associativismo e da imprensa negra do período em áreas mais próximas à capital, como Campinas e eventualmente a própria São Paulo. Sem que sua vida social e associativa tenha atingido a visibilidade daquelas cidades, suporemos que os negros em São José não fugiram completamente do padrão que floresceu no estado paulista.

Seguimos, no presente artigo, a seguinte exposição: começaremos por discutir o uso das noções de raça e vida associativa negra no começo do século XX em São Paulo, ou seja, o modo como os ex-escravizados e seus descendentes reconstruíram-se como cidadãos respeitáveis, libertados do cativeiro, mas expropriados dos seus meios de vida e substituídos por imigrantes estrangeiros. Em seguida, descreveremos a ocupação da região de São José do Rio Preto e a importância dessa zona de fronteira na economia e na vida social paulista da época; em continuidade, nos concentraremos no *Álbum*, comparando-o com os demais almanaques publicados no Oeste no final do XIX e começo do XX; seguiremos então estabelecendo a autoria das duas peças e apresentando Abílio Abrunhosa Cavalheiro, nos perguntando o que eventualmente teria de idiossincrático em suas opiniões e o que teria de espelhamento da representação coletiva dos negros pelos

rio-pretenses em geral. Na parte central do artigo, faremos a análise mais detalhada das duas matérias jornalísticas. Para finalizar, construímos o contraste entre, por um lado, o modo como os negros ocupando posições sociais estáveis são apresentados no *Álbum* e, por outro, a maneira como os negros da mesma condição social apresentavam a si mesmos em São Paulo e em Campinas na mesma época.

Raça no Brasil dos anos 1920

No Congresso Universal das Raças, em Londres, no ano de 1911, João Baptista de Lacerda, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, chamou a atenção de um delegado norte-americano, W.E.B. Du Bois, por defender a tese de que os mulatos brasileiros eram geralmente talentosos e que, portanto, a crença na degenerescência racial provocada pela miscigenação não era verdadeira.⁶ Os elogios de Du Bois a Lacerda não se estenderam, porém, a uma outra tese central defendida pelo brasileiro e ignorada por ele – a de que a raça negra, por inferior, estaria extinta no Brasil num período máximo de cem anos como resultado da miscigenação.

A participação de Lacerda em Londres nos serve para introduzir alguns pontos centrais do debate público e da agenda intelectual da primeira metade do século XX. Primeiro, a centralidade da discussão sobre as teorias raciais e, no começo do século, a permanência do conceito biológico de raça; segundo, a preocupação de europeus com a miscigenação de brancos com populações nativas das Américas e da África e, portanto, com o destino da raça branca fora da Europa, fosse ou não nos trópicos; terceiro, a ideologia do embranquecimento da população, que àquela altura já conquistara boa parte dos intelectuais brasileiros. Como escreveu Roquette-Pinto, parafraseando Alberto Torres: “o Brasil, como algumas nações da América, tem de ser obra de sabedoria política; não é nação que floresça por si, como

6 João Batista de Lacerda, “Sur le métis au Brésil” in 1º Congresso Universal das Raças, Londres, 1911; Du Bois, W.E.B., “Brazil”, *The Crisis*, n. 7 (1914), pp. 286-287.

os Estados Unidos, qual ramo transplantado, em novo terreno, trazendo a organização da estirpe originária”.⁷

De fato, nas primeiras décadas do período republicano, as teorias raciais eram correntemente invocadas por intelectuais diversos, no Brasil e no exterior. Sua propagação era feita pela imprensa diária e pelos diversos canais de comunicação e sociabilidade. A existência de raças humanas, principalmente brancos, ameríndios e negros, congregando povos oriundos da Europa, América e África, respectivamente, foi uma crença espalhada em toda a sociedade brasileira.

Lembremos que nem sempre fora assim. No Brasil colonial e imperial, quando o escravismo era ainda a organização fundamental do trabalho e das relações sociais, ao invés das raças, as posições sociais eram demarcadas por “qualidades” ou “cores”.⁸ Eduardo Paiva nos lembra que a “noção de ‘qualidade’ [...] abarcava a proveniência, a linhagem familiar e religiosa, e a de ‘condição’ jurídica dos indivíduos”.⁹ “Negro” significava escravizado ou de origem escrava, embora “preto” pudesse ser também empregado, havendo alguma variação regional. Depois da Abolição, quando preto passou a ser referido a pessoas já integradas à sociedade brasileira como cidadãos, negro ganhou um sentido mais pejorativo devido às teorias raciais e naturalistas e à colonização da África, mas também com variações regionais. No entanto, de um modo geral, nas línguas europeias dicionarizadas, negro significava a raça dos escravizados ou colonizados de origem africana.

Exceção, o *Dicionário de Moraes*, durante todo o século XVIII e XIX, não registra a palavra “raça” associada a negros – “negro” se refere à cor preta, e “preto” à cor negra. Mas essa parece ser peculiaridade nossa, brasileira, pois *O Dizionario Della Lingua Italiana de Tommaseo e Bellini*,

7 Edgar Roquette-Pinto, *Ensaio de antropologia brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 17.

8 Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “Raça, cor, cor da pele e etnia”, *Cadernos de Campo*, v. 20 (2011), pp. 265-272, .

9 Eduardo França Paiva, “Dois modelos para classificar pessoas, povos e nações – Américas, século XV-XIX”, *Almanack*, v. 39 (2025), p. 2, .

de 1871, já registra “negro” como “raça”.¹⁰ Entre nós, entretanto, apenas em 1913 o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido Figueiredo, registra “negro” como raça: “Indivíduo de raça negra, preto. Escravo. Sombras, trevas”.¹¹

A grande imigração europeia, do final dos XIX até os anos 1930, fartamente financiada pelos governos brasileiro, paulista e pelos estados sulistas, dirigida principalmente para São Paulo, trouxe milhões de pessoas para quem o termo “negro”, em suas línguas nativas, já estava associado, portanto, à noção de raça. No italiano, por exemplo, *nègro* é definido racialmente, ficando a cor preta – *nero* – completamente neutra.¹² Mais importante, o termo “preto”, muito utilizado pelos negros brasileiros para se autoidentificarem, não existe senão na língua portuguesa. Nem mesmo no espanhol o termo *prieto* tem o mesmo sentido que negro. É uma hipótese a ser explorada que o uso do termo “negro” na linguagem cotidiana por esses imigrantes, chegados durante os processos abolicionistas e o de racialização dos negros brasileiros, ajudou em muito, tanto a deslocar, em São Paulo, o antigo uso do “preto” como cor e posição social, quanto para disseminar a noção de raça como grupo humano.¹³

10 NEGRO. [T]. S. m. e Agg. Della razza nera: Popolo o persona. [T.] I poveri negri, – Il Negro delle Antille. – Infanteria negra – Cologne negre. [r.] Sassett. Lett. 79. Le donne negre di quelle terre. – Una negra. Cf. Nicolò Tommaseo e Bernardo, Bellini, *Dizionario della lingua italiana*, Roma: Società L'Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1871.

11 Cândido de Figueiredo, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Clássica, 1913, p. 1384.

12 “Que pertence, que é característico da população negroide, originária do continente africano ao sul do Saara e caracterizada pela pele escura, nariz largo, lábios carnudos e cabelos grossos e crespos; o termo, que no passado tinha uma conotação racialmente depreciativa, é hoje em grande parte substituído por preto, considerado mais neutro” (tradução nossa). Cf. Francesco Sabatini e Vittorio Coletti, *Dizionario Italiano Sabatini Coletti*, Florença: Giunti, 1997.

13 Tomemos, por exemplo, essa notícia extraída do *Fanfulla*, número 373, de 26 de março de 1895: “Um cadáver – Na manhã de sábado, em um terreno baldio entre a alameda Barão de Limeira e a travessa dos Goytacazes, foi encontrado um cadáver de um velho negro em estado avançado de putrefação” (tradução nossa). *Fanfulla*, São Paulo, 26 mar. 1895, p. 2. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), [📄](#).

Certamente, isso não quer dizer que as línguas europeias faladas em São Paulo foram as principais responsáveis pela substituição, no falar cotidiano, do termo “preto” pelo “negro”. Sem dúvida, a disseminação da linguagem e das teorias raciais que tomaram a vida política europeia e americana nos anos 1920 foi mais decisiva para tanto. Ana Maria Magalhães Pinto, por exemplo, encontrou as expressões “raça de cor” e “raça negra” em dois jornais negros paulistanos do final do século XIX, *A Pátria* e *O Progresso*.¹⁴

De fato, no plano do discurso erudito, daquilo que era reconhecido como científico, a crença em raças humanas conheceu novo vigor com a disseminação das teorias de eugenia nas faculdades de Medicina e de Direito.¹⁵ Essas, enquanto voltadas para o aperfeiçoamento racial humano ou para a gestão científica dos criminosos e delinquentes, conviveram nos anos 1920 e 1930 tanto com os ideais de embranquecimento da população brasileira quanto com a negação da miscigenação racial como fator de degenerescência.¹⁶

No caso de São Paulo, devemos acrescentar que a grande imigração europeia, direcionada para a cafeicultura e para novas áreas de colonização, tinha como discurso justificador não apenas a substituição do trabalho escravo por formas mais produtivas de gestão de trabalho, como o assalariamento e o colonato, mas o branqueamento da população paulista e brasileira, visando não a formação de um novo tipo racial, mas a “eliminação do elemento negro pela miscigenação”. Assim argumentou Paulo Duarte, em dois artigos n’*O Estado de São Paulo*, em que se opunha ao “mulatismo” e à “sociologia nigro-romântica” de Gilberto Freyre e outros autores norteamericanos.¹⁷ O Brasil, ao receber a grande imigração europeia, dizia Duarte,

14 Ana Maria Magalhães Pinto, *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*, São Paulo: Selo Negro, 2010.

15 Luigi Barbieri, *Uma nação livre de criminosos*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2024.

16 Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

17 Paulo Duarte, “Negros do Brasil”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1947, p. 5 e 17 abr. 1947, p. 6. Disponíveis respectivamente no Acervo do Estadão, [🔗](#) ; [🔗](#) .

estaria realizando a sua “decisão de ser um país branco”.¹⁸ Essa era também uma visão corrente entre cientistas brasileiros desde os anos 1930.¹⁹

Já do ponto de vista dos fazendeiros, é bom lembrar que São Paulo sofria a concorrência dos seringais do Amazonas pela mão de obra livre nordestina, que para ali se dirigia aos milhares. Pelo que nos ensina a literatura, para os paulistas em especial, a imigração europeia solucionaria um problema centrado na suposta dificuldade de ex-escravizados e de homens livres do Nordeste – mão de obra relativamente abundante e desalojada de suas antigas terras – para se adaptar ao regime de trabalho livre. Era essa a percepção de Roquette-Pinto.²⁰ Monbeig nos diz que, quando desembarcavam na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, estavam os “baianos” extenuados de fadiga, que se acrescentava à sua deficiente alimentação e incrível miséria. Lembrava também o geógrafo francês que essa mão de obra era de certo modo indesejável pelo fato de padecer de doenças e ser um ônus para os cofres municipais.²¹ Nada desse teor é dito sobre os negros urbanos. Podemos supor, portanto, que, além de adaptados à nova relação de trabalho, os negros que se localizaram nas cidades paulistas com empregos estáveis, como, por exemplo, os ferroviários,²² passavam a ser aceitos como uma “raça” nativa a compor o mosaico paulista.

18 *O Estado de S. Paulo*, 17 abr. 1947, p. 6

19 Aurélia Michel, “Les psychiatres brésiliens et la race, entre eugénisme et hygiénisme (1920-1937)”, *Histoire, médecine et santé*, n. 20 (2021), pp. 89-108, .

20 Roquette-Pinto, *Ensaio de anthropologia brasileira*, p. 19. Nas palavras do autor: “A gente que hoje emigra do norte é a mesma que há uns cinquenta anos começou a conquista da hyléa Amazônica. É sóbria, resistente, dedicada, corajosa. Mas, do ponto de vista cultural não ‘está em fase’, quanto ao trabalho agrícola, com as populações das zonas meridionais. É uma verdade que ninguém discute.”

21 Pierre Monbeig, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 1984, p. 151. Nas palavras do autor: “Mas, então, foi frequentemente formulada outra crítica em São Paulo: era portadora de doenças a gente da Bahia, Minas e outros estados, aqui desembarcada; eram quase todos maleitosos; padeciam de afecções parasitárias de todas as espécies, ignorando as mais elementares noções de higiene. Consequentemente, não eram elementos desejáveis. O grande número de baianos, que abarrotavam os hospitais de São Paulo e das cidades do interior, constituía muito mais um peso nos orçamentos municipais que uma solução para os problemas de mão-de-obra”.

22 Ver Mário Augusto Medeiros da Silva, “Clubes Sociais Negros Paulistas, 1890-1950” in Ana Barone e Flávia Rios (orgs.), *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)* (São

Devemos registrar a esse respeito que, no meado dos anos 1920, em São Paulo, as organizações dos “homens de cor” ou as associações de “homens pretos” começaram paulatinamente a se definir como de “raça negra” através de sua imprensa.²³ Absorviam assim o espírito racista da época, seguindo a voga de tratar as diferentes populações humanas e nações como “raças”, tal como aparecem em almanaques e álbuns publicados em diversas cidades paulistas. Sobre essas associações no Oeste Paulista, Silva já reuniu material documental daquelas em funcionamento nos anos 1920, mas entre elas não está a de São José do Rio Preto.²⁴

As associações negras do século XX, tais como as irmandades religiosas desde o período colonial, para além de suas funções específicas – de ajuda mútua, recreativa, religiosa, de beneficência – eram as grandes responsáveis por estabilizar entre homens e mulheres negros um sentimento de respeitabilidade e de reconhecimento de seu estatuto social. Tal sentimento e reconhecimento não podem ser reduzidos a pertencimento de classe, seja de trabalhador, seja de classe média. Essas associações agrupavam todos aqueles que tinham condições de reivindicar respeito e dignidade sociais, incorporando-os à sociedade nacional e afastando-os da situação de párias à qual o regime de escravidão e de pobreza reduziu muitos.

Paulo: Intermeios, 2019), pp. 305-332; Lania Stefanoni Ferreira, “Entroncamento entre raça e classe, ferroviários no Centro Oeste Paulista 1930-1970”, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010 .

- 23 Roger Bastide, “A imprensa negra do estado de São Paulo” in Roger Bastide (org.), *Estudos Afro-Brasileiros* (São Paulo: Perspectiva, 1973), pp. 129-156; Petrônio Domingues e Ruan Levy Andrade Reis, “Bardos, penas e armas: a produção literária na imprensa afro-brasileira”, *Literatura e Sociedade*, v. 25, n. 32 (2020), pp. 148-170, ; Miriam N. Ferrara, “A imprensa negra paulista, 1915-1963: estudo monográfico”, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981; Regina Pahim Pinto, “O movimento negro em São Paulo: luta e identidade”, Tese (Doutorado em Antropologia Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

- 24 Silva, “Clubes Sociais Negros Paulistas”, pp. 305-332; Mário Augusto Medeiros da Silva, “Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930-2010)”, *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 11 (2021), pp. 445-473, ; Mário Augusto Medeiros da Silva, “Associativismo Negro” in Flávia Rios, Márcio André dos Santos e Alex Ratts (orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (São Paulo: Perspectiva, 2023), pp. 46-51.

O contexto regional



Fonte: Elaborado por Thiago Bonatti

No período anterior à abolição, a zona que mais tarde, com a implantação da ferrovia, chamaríamos de Araraquarense era ainda muito pouco povoada e abrigava uma fração numericamente desprezível da população de São Paulo: 2% em 1874 e 3% em 1886, nesta última data restrita a apenas três municípios (Brotas, Jaú e Dois Córregos) localizados na área central do estado. Entretanto, cerca de quatro décadas depois, já avançada a marcha do café para o Oeste Paulista, a região passaria a abrigar cerca de 14% da população paulista.²⁵ Como se deu esse processo?

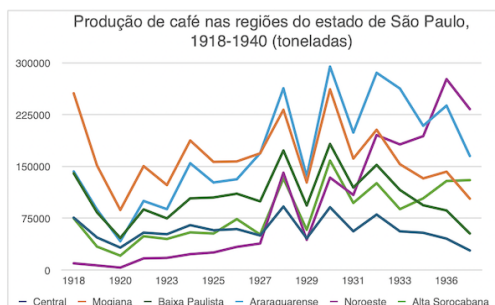
Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro atingiram Araraquara em janeiro de 1885, e foi justamente a partir dessa cidade

25 Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *História econômica e social do Estado de São Paulo, 1850-1950*, São Paulo: Imprensa Oficial, 2019, p. 395.

que, uma década mais tarde, começou a ser construída a Estrada de Ferro Araraquara (EFA), espinha dorsal da região, no rumo de Matão (beneficiada pela chegada dos trilhos em 1898), Taquaritinga (em 1901), Catanduva (em 1910) e, finalmente, São José do Rio Preto (em 1912) (Mapa 1).

A região da Araraquarense se constituiu, assim, como uma zona intermediária entre as áreas mais antigas do Oeste Paulista: a leste, coberta pelas ferrovias Mogiana e Paulista; e, a oeste, as mais novas, como a Alta Sorocabana e a Noroeste.²⁶ Luna e Klein apontam que na safra de 1905-1906 a região servida pela Mogiana era a principal produtora de café, seguida pela Baixa Paulista. Entretanto, a partir dos anos 1920, a produção cafeeira da Araraquarense já superava a da Baixa Paulista e a partir da safra de 1926-1927 também passou a superar a da Mogiana. O primado da Araraquarense como região cafeeira mais produtiva do estado se estendeu por cerca de uma década, até a safra de 1935-36, quando a região Noroeste a sobrepujou, consoante à marcha do café rumo ao oeste do estado e norte do Paraná (Gráfico 1).²⁷

Gráfico 1: Produção de café nas regiões do estado de São Paulo, 1918-1940



Fonte: Camargo²⁸ e Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio (vários anos) *apud* Luna & Klein²⁹
Elaboração de Dario Scott e Thiago Bonatti

26 Thomas H. Holloway, *Imigrantes para o café*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 41.

27 Luna e Klein, *História econômica e social*, p. 182.

28 José Francisco de Camargo, “Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia), v. II”, *Boletim Economia Política e História das Doutrinas Econômicas*, v. 153, n. 1 (1952), pp. 1-64.

29 Luna e Klein, *História econômica e social*, p. 182.

Merece destaque o município de São José do Rio Preto, emancipado de Jaboticabal em 1894, e que passou a sediar, a partir de 1904, a Comarca que abrangia toda a parte norte da Araraquarense.³⁰ Esta foi provavelmente instalada com o objetivo de conter os crimes derivados de constantes conflitos de terras que por ali se desenvolviam em uma zona tipicamente de fronteira. Oito anos depois, com a chegada da ferrovia que viabilizou a expansão cafeeira, o município se firmou como polo regional, testemunhando um dos mais espetaculares florescimentos ocorridos no Oeste Paulista.

Em 1900, São José do Rio Preto, cujo território à época era bastante extenso, abrigava uma população francamente diminuta, de 3.221 habitantes. Duas décadas mais tarde, o censo apurou no município (que ainda conservava a mesma extensão territorial) uma população de 126.796 habitantes, quase quarenta vezes maior.³¹

O crescimento vertiginoso de São José do Rio Preto está associado à circunstância de o município ter se configurado como “ponta de trilhos” por mais de duas décadas, a partir de 1912. Somente em 1933 os trilhos atingiram Mirassol, situada além de Rio Preto. A cidade tornou-se, assim, um centro regional de referência, a partir do qual mercadorias e pessoas tanto chegavam da capital quanto para lá embarcavam. Uma forte atividade comercial, que inclusive se prolongava além das fronteiras do estado, é atestada, entre outros tantos exemplos, pela maciça presença de sírios e libaneses na região, que à época ali constituíram a colônia mais numerosa de todo o interior paulista.³²

Na década de 1920, o desenvolvimento vigoroso da cidade e da região se aprofundou, provocando espanto em observadores atentos à marcha do café.

30 Agostinho Brandi, *São José do Rio Preto: 1894 – 1907. O ciclo dos intendentes e a criação da comarca*, São José do Rio Preto: THS Editora, 2012.

31 Camargo, “Crescimento da população”, p. 17.

32 Oswaldo Truzzi, “Sírios e libaneses no Oeste Paulista – décadas de 1880 a 1950”, *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 36 (2019), pp. 1-27, .

Aí o fenômeno mais curioso é sem dúvida alguma o de Rio Preto. Toda a vasta região circunvizinha, compreendendo em 1920 os municípios atuais de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Inácio Uchoa, José Bonifácio e Ibirá, não passa então de vasto sertão ínvio, produzindo nessa época apenas 99680 arrobas de café e com uma população global de 126.726 habitantes. 15 anos mais tarde encontramos na mesma área 462.2000 arrobas, ou seja, 50 vezes mais e uma população de 316.235 habitantes, isto é, triplicada! Concomitantemente são criados, por subdivisão da célula *mater* [São José do Rio Preto], 9 municípios.³³

Trocando em miúdos, considerando-se a mesma área territorial, a população de Rio Preto aumentou cerca de 100 vezes em 35 anos: passou de 3.221 habitantes em 1900, para 126.796 em 1920 e 316.235 em 1935.³⁴

Sem dúvida, como observou Milliet, a imigração intensiva do período que vai de 1896 a 1926 beneficiou largamente a região, fazendo com que o elemento de origem estrangeira predominasse.³⁵ Ademais, como já mencionado, o município de São José do Rio Preto se desenvolveu sobretudo a partir da chegada da ferrovia, em 1912, já distante duas décadas e meia do final do regime escravista. Tais circunstâncias contribuíram para uma expressão numericamente reduzida de negros, abrangendo pretos e pardos,³⁶ que em 1940 não somavam 10% da população da área.³⁷

Não obstante tal expressão modesta, é interessante observar que a centralidade do crivo racial perdurou bem além dos anos 1920. De fato, Tavares de Almeida, em obra publicada em 1943, intitulada *Oeste Paulista – a experiência etnográfica e cultural*, discute a presença da população “de cor” na região nos quadros do progressivo embranquecimento da população rio-pretense.

33 Sérgio Milliet. *Roteiro do café e outros ensaios*, São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1939, p. 63.

34 Considerando-se os nove municípios desmembrados entre 1920 e 1935.

35 Milliet, *Roteiro do café e outros ensaios*, p. 64.

36 Considerados os onze desmembramentos que o município sofreu entre 1920 e 1940.

37 O censo anterior, de 1920, não discriminou a população por cor, enquanto que, no de 1890, ainda não havia o município de São José do Rio Preto, emancipado de Jaboticabal em 1894.

A cidade de São José do Rio Preto tornara-se, portanto, um importante centro urbano no final dos 1920. Associado à expansão dos cafezais, o *status* de ponto final da EFA transformou o município em um destino privilegiado para a realização do comércio com as localidades próximas, que não dispunham de trilhos que chegassem às suas fronteiras. Além de concentrar a produção de mercadorias da região a serem comercializadas, e de distribuir as mercadorias que vinham da capital paulista, Rio Preto passou a atrair progressivamente transeuntes de áreas vizinhas, que se deslocavam para fazer compras durante o dia e retornavam ao cair da noite para seus lugares de origem, bem como migrantes que chegavam com a esperança de encontrar um emprego, adquirir uma propriedade, investir em um negócio, enfim, instalar-se em definitivo.

Mais do que atrair agricultores, artesãos e comerciantes, a última estação da Araraquarense tornou-se também local de desembarque de professores, literatos e profissionais liberais (advogados, jornalistas, médicos etc.) que trocavam a cidade de São Paulo e os estados de Minas Gerais, Rio Janeiro e outros pela perspectiva de melhores condições de vida e oportunidades de enriquecimento em uma região que se desenvolvia de maneira vertiginosa.³⁸

Àquela altura, as publicações periódicas despontavam para aqueles que chegavam munidos de algum capital cultural, como um potencial canal de inserção e mobilidade social, respeitabilidade pública e entrosamento com os círculos de poder.³⁹ Em um sertão ainda retratado como longínquo e inculto, onde as elites econômica e política se sobrepunham – compostas em boa medida por proprietários rurais –, bacharéis, educadores e demais sujeitos com domínio das letras simbolizavam uma nascente classe média urbana capaz de atender exatamente aos interesses desses estratos mais influentes, seja pelas notícias e assuntos em voga no país, seja por acontecimentos da vida mundana, ou, inclusive, em conferir

38 Raquel Discini de Campos, *A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920*, São José do Rio Preto: Annablume, 2004, p. 37.

39 Angel Rama, *A Cidade das Letras*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

visibilidade ao desenvolvimento local e regional, de modo a remodelar a imagem de Rio Preto.

Ao mesmo tempo em que as aludidas elites enxergavam no lançamento de novos impressos uma oportunidade para fazerem propaganda do município onde mantinham seus empreendimentos, elas igualmente franqueavam a esse grupo de letrados um espaço nos jornais que elas próprias subsidiavam ou dirigiam. Na redação ou como colaboradores, tais indivíduos encarnavam o papel de veicular “discussões e reflexões políticas, econômicas e culturais, além de acompanhar os fatos cotidianos daquele núcleo urbano que adentrava o século XX cheio de expectativas”.⁴⁰

Quando da chegada do português Abílio Cavalheiro, o público leitor de Rio Preto tinha à sua disposição uma imprensa representada por dois noticiosos que guardavam relações com o Partido Republicano Paulista (PRP): *O Município*, fundado em 1916, que funcionava efetivamente como órgão oficial do PRP em nível local, e seu concorrente, o jornal *A Notícia*, criado em 1924 como um veículo que representava outra facção do PRP, dita “independente”, opositora à primeira.

Parece bastante plausível supor que, diante de uma população letrada em crescimento, somada à formação de elites ávidas por informações e sobretudo dispostas a promover a região, Cavalheiro tenha ali percebido uma oportunidade de se inserir no noroeste paulista por meio da atividade jornalística. Afinal, o título de doutor trazido diretamente da terra natal, bem como a experiência acumulada em meio ao periodismo paulistano, podiam servir-lhe como uma alavanca de ascensão social em um destino cujas municipalidades apostavam na palavra impressa para atrair trabalhadores para suas fazendas, capitais para suas empresas e compradores para seus vastos lotes de terras propícios à cafeicultura.⁴¹

Nesse sentido, precisamos conhecer um pouco melhor Abílio Abrunhosa Cavalheiro.

40 Marcelo Lapuente Mahl, “Um flâneur no sertão: Sylvio Floreal no Noroeste Paulista”, *História*, v. 41 (2022), p. 3, .

41 Henry Marcelo Martins da Silva, “Os tempos da cidade: barbárie e civilização no *Album illustrado da comarca de Rio Preto (1927-1929)*”, *História*, v. 42 (2023), pp. 1-29, .

Um humanista português: racialismo e propaganda através de um álbum

Oriundo da freguesia de Longroiva, norte de Portugal, e ex-editor da Revista *A Flecha*, periódico especializado em “artigos de crítica literária e de costumes”⁴² que lançara na cidade de São Paulo em parceria com o literato Sylvio Floreal no início da década de 1920, o bacharel em Direito Abílio Abrunhosa Cavalheiro estabeleceu-se em São José Rio Preto em 1925, sete anos após desembarcar no Brasil.

Sua inserção no meio intelectual do interior paulista coincidiu com uma imprensa embrionária que acompanhava e incorporava gradativamente a voga dos discursos racialistas que então circulavam em periódicos dos grandes centros, ao mesmo tempo em que aspirava que a região adquirisse a nível estadual um grau de reconhecimento compatível com seu desenvolvimento econômico à época. Nota-se, por exemplo, que, quando da primeira manifestação pública da prefeitura de Rio Preto em favor da produção de um álbum que ajudasse a promover e conferir “crédito” à comarca – empreendimento que, nas palavras entusiasmadas d’O *Município*, em edição de 18 de fevereiro de 1926, contaria com o patrocínio de diversos bancos, fazendeiros e negociantes locais –,⁴³ as discussões acerca da ideia de raça já apareciam nos jornais rio-pretenses.

Embora esse primeiro projeto dedicado à confecção de um álbum regional de Rio Preto não tenha se concretizado efetivamente, vale lembrar que tal tipo de material tinha como característica ser desprovido de uma função crítica. Era elaborado com o objetivo de levar, para todos os cantos,

42 A Flécha, *A Vida Moderna*, São Paulo, 27 abr. 1922.

43 Liderado pelo jornalista italiano Federico Corinaldesi, que havia recém-organizado a obra *Gl’Italiani dell’Araraquarense* – então dedicada a veicular um pensamento itálico entre os imigrantes radicados na aludida região –, esse primeiro projeto em prol da confecção de um álbum da comarca de Rio Preto acabou – por razões não muito bem explicadas – sendo precocemente interrompido. Cf. Oswaldo Truzzi, “Territórios da memória étnica e memórias étnicas de um território: representações sociais dos italianos da Araraquarense nos prósperos anos da década de 1920”, *Projeto História*, v. 81 (2024), pp. 87-113, .

o modo como os moradores de determinada área queriam ser vistos e também se autorrepresentavam.⁴⁴ Portanto, ao observarmos como a noção de raça era mobilizada pela imprensa tradicional local, parece-nos plausível imaginar que a obra aventada, se publicada, teria provavelmente seguido a tendência de apresentar os grupos étnico-raciais ali arraigados de maneira hierarquizada, enaltecendo os de origem estrangeira (sobretudo europeus) e depreciando (ou mesmo ignorando) indígenas e negros.

Afinal, quando olhamos para as edições de jornais publicadas até 1927, ano em que a retomada do plano para a produção de um álbum propagandístico – agora por iniciativa de Cavalheiro – era efusivamente anunciada em suas páginas,⁴⁵ fica perceptível a existência de um conjunto de artigos nos quais seus autores, implícita ou explicitamente, costumavam atribuir um senso de superioridade aos imigrantes. Enquanto esses últimos eram comumente reputados como “inteligentes”, “capazes” e “trabalhadores”, os brasileiros, muito por conta de suas raízes indígenas e negras, eram representados como “ignorantes”, “preguiçosos” e “improdutivos”. As palavras utilizadas por Mário Ferreira de Azevedo,⁴⁶ ao se referir aos nacionais como “criaturas de uma triste psicologia barregã, burros materiais em corpos humanos, cérebros metalizados pela agiotagem repugnante”,⁴⁷ bem como por Gama Rosa,⁴⁸ que os considerava “refratários a medita-

44 Marcelo Lapuente Mahl, “A expansão pioneira no Noroeste Paulista: os Albuns Ilustrados como documentação para uma História Ambiental da fronteira (1900-1930)” in Sandro Dutra e Silva et al. (orgs.), *Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil* (Goiânia: Editora PUC Goiás, 2013), p. 165.

45 Cf. *A Notícia*, São José do Rio Preto, 19 ago. 1927, p. 2 e *O Município*, São José do Rio Preto, 24 ago. 1927, p. 2. Disponíveis respectivamente no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, ; .

46 Advogado, ex-deputado estadual (1919) por Minas Gerais, fundador do jornal *O Rio Preto*, ligado ao Partido Democrático, e colaborador de *O Município* e de *A Notícia*. Foi também presidente do Commercial FC, clube da elite local criado em 1926. Cf. Arantes, *Dicionário rio-pretense*, pp. 41 e 109.

47 Mário Ferreira de Azevedo, “A defesa da raça: os seus grandes males”, *O Município*, São José do Rio Preto, 8 abr. 1928, p. 1. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, .

48 Infelizmente não encontramos informações sobre o autor.

ções⁴⁹ mais aprofundadas e, por conseguinte, incapazes de produzir algo, ilustram bem a concepção racial hierárquica e preconceituosa predominante na imprensa rio-pretense.

Por isso, conforme discutimos neste artigo, o álbum organizado por Cavalheiro – fruto de sua associação com o jornalista Paulo Laurito e o fotógrafo Theodoro Demonte⁵⁰ – se mostra tão interessante para pensarmos os usos da noção de raça na Rio Preto dos anos 1920, uma vez que o jornalista português, a despeito de compartilhar o anseio de seus pares (e das elites locais) em divulgar a imagem de um lugar próspero e civilizado, se diferenciava desses por incluir os negros como legítimos coadjuvantes do processo de desenvolvimento pelo qual a região passava.

Crítico de uma suposta “falta de propaganda sincera e escrupulosa” sobre Rio Preto – o que, em suas palavras, levava alguns cronistas a retratá-la ainda de modo distorcido como um local ocupado por “bárbaros” e “selvagens” no “extremo oeste de São Paulo” –, Cavalheiro revelava-se um racista que se opunha à hierarquização racial, não obstante seu pensamento fosse acompanhado por certo fatalismo. Para ele, a diversidade de raças e costumes presente na sociedade rio-pretense constituía “a mais alta expressão cívica de ordem e trabalho”, como se todos ali formassem “uma só família”. Cada raça, dizia, dispunha de algum tipo de aptidão a oferecer, de sorte que todas elas eram passíveis de contar com elementos laboriosos e indolentes. Todavia, acreditava também que grupos e povos que eventualmente descendiam de uma “multidão faminta e revolta”, ainda que seus membros fossem esforçados, trabalhadores e portadores de caráter, seriam inevitavelmente fustigados pelo destino e escarnecidos pela sociedade. Tais

49 Gama Rosa, A mentalidade e os climas, *O Município*, São José do Rio Preto, 28 nov. 1926, p. 1. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, [↗](#).

50 Filhos de imigrantes italianos, ambos contribuíram financeiramente com o álbum. Embora Cavalheiro depositasse confiança no recebimento de um patrocínio oficial, este aparentemente não se concretizou, “ou saiu muito aquém do esperado” em função da crise de 1929. Assim, coube a Demonte custear a produção e Laurito arcar com a impressão. Cf. Oswaldo Truzzi, *Territórios da memória étnica*, pp. 102-103.

populações, lamentava Cavalheiro, carregavam injustamente a “imagem hedionda do passado”.⁵¹

Desgraçadamente a influência desses fatos (ou seja, a primeira determinação do destino) não se extingue com os primeiros episódios ocasionados durante o período embrionário da formação de cada povo! Ela projeta-se através de todas as eclosões e perdura indefinidamente acompanhando a evolução passo a passo, refletindo-se indelevelmente em todos os impulsos de vitalidade, de que se forma simultaneamente a história da civilização individual ou coletiva [...]. Poderão desaparecer totalmente as gerações primitivas e com elas desaparecerem também a desordem e a miséria. Poderão as novas gerações criar, aperfeiçoar e instituir métodos de trabalho, ordem e justiça. Poderá o solo ofertar grandes riquezas e o povo adquirir costumes diversos pela educação do caráter. Poderá a civilização brilhar fulgurantemente sobre o orgulho e a consciência desse povo, mas jamais desaparecerá a imagem [...] revivendo no seu aspecto repulsivo todos os erros ou desequilíbrios de origem.⁵²

Na contramão, portanto, do modo como os negros eram habitualmente representados pela imprensa rio-pretense, Cavalheiro argumentava que o valor de uma raça que tanto cooperava para o “engrandecimento do Brasil” deveria ser colocado “acima de todos os preconceitos sociais”. Se Rio Preto, tal qual defendia no álbum, convertia-se em um local “civilizado”, “opulento” e “completamente integrado no seio das sociedades cultas”, era justamente por conta do trabalho e da colaboração de um “exército de raças”, dentre as quais a respeitável raça negra. Inspirado aparentemente em um humanismo cristão, alegava que “negar à raça negra a merecida gratidão a que tem direito pela longa odisséia de martírios a que se expôs desde o advento da nossa nacionalidade, será o mesmo que negar a verdade com todos os seus princípios de amor, de justiça e fraternidade humana”.

Para Cavalheiro, os homens de cor mereciam encontrar “no coração do branco os verdadeiros liames de uma confraternização sincera”, na

51 Cavaleiro e Laurito, *Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)*, pp. 74, 88, 84, 82.

52 Cavaleiro e Laurito, *Album Ilustrado*, pp. 71-72.

medida em que o “anseio de perfeição” por eles demonstrado nivelava-os “ao mais nobre dos sentimentos dos homens brancos”.⁵³

As crônicas dos capítulos relativos às raças

O Capítulo X do Álbum intitula-se “Rio Preto Associativo, um conjunto de instituições que honram o povo de Rio Preto e justificam o elevado grau de sua cultura moral” e ocupa da página 585 a 614. O capítulo traz matérias sobre diversas associações, da Associação Comercial e Industrial de Rio Preto ao Tiro de Guerra 197, e entre elas está, à página 609, a Sociedade Homens de Cor. Na Introdução, Cavaleiro é ainda mais explícito sobre o que motiva o capítulo. Diz ele:

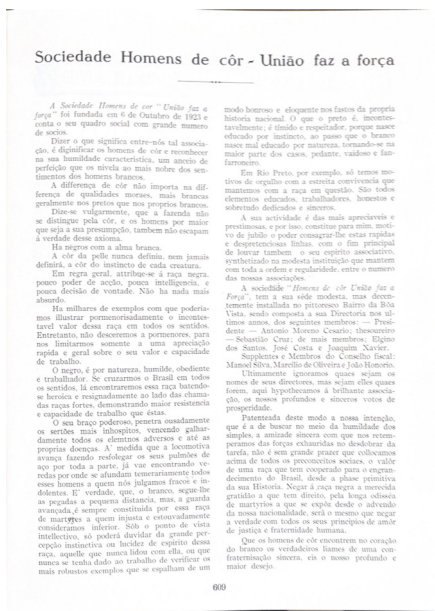
O mais importante em todo este movimento, é que, o aparelho associativo de Rio Preto, contém no seu conjunto harmonioso e bem disciplinado a legítima representação de todas as classes desde a mais humilde à mais opulenta [...]. Tal circunstância que é bastante significativa para os nossos foros de cultura. podemos expô-la como um dos sintomas mais característicos do nosso desenvolvimento em todos os ramos de atividade, pois fazem parte de tal aparelho coletivo, as diversas associações científicas, comerciais, esportivas, recreativas e humanitárias.⁵⁴

Ou seja, a matéria sobre a Sociedade Homens de Cor é feita para demonstrar o modo moderno e civilizado de integração de todas as raças e classes à sociedade rio-pretense. Logo no segundo parágrafo, o autor descortina sua intenção – trata-se de incorporar as pessoas de cor ao espaço social das demais sociedades, ou seja, incorporá-la ao mundo da respeitabilidade social. A posição dos seus membros não está dada de modo imediato nem pela classe, nem pela cor. Pelo contrário, precisa ser arguida.

53 Cavaleiro e Laurito, *Album Ilustrado*, pp. 609, 74, 76, 609.

54 Cavaleiro e Laurito, *Album Ilustrado*, p. 585.

Figura 1: Artigo sobre uma associação de negros de São José do Rio Preto



Fonte: *Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)*, 1929, p. 609.

Primeiro, pela relativa subalternidade de sua posição social, isto é, são pessoas humildes, mas que podem superar tal posição pelo seu anseio, ou força de vontade de pôr-se no patamar da respeitabilidade. Segundo, pelo fato de serem de cor, não brancas, contra as quais pesam as teorias raciais que lhes imputam uma série de qualidades negativas, como preguiça, pouca inteligência, pouca força de vontade, fraqueza, indolência.

Para contrapor-se a tais expectativas negativas e preconceituosas, o autor adota duas estratégias contraditórias entre si, mas cujo oxímoro passa despercebido porque ambas embasam o senso comum da época.

Num primeiro movimento, ele argui que, ao contrário do que dizem as teorias raciais consagradas, as pessoas de cor, ou seja, a raça negra, têm qualidades inatas muito positivas – são humildes, obedientes, trabalhadoras, tímidas, respeitadoras, educadas, sinceras, de grande “percepção

instintiva” e “lucidez de espírito”. Essa linha de argumentação se desenvolve por todo o texto.

Já num segundo movimento, ele procura desvincular as qualidades morais da cor de pele, negando as teorias da raça. Para tanto, o autor repete o velho ditado de “preto de alma branca”, ou parafraseia um outro que circula pelo Brasil desde o Império – a cor é apenas um acidente, não sinaliza o valor de uma pessoa humana. Thales de Azevedo, em *As Elites de Cor* (1955), registra que Moniz de Souza (1834) já empregava essa expressão em *Viagens e Observações*, de 1834.⁵⁵

A expressão e o argumento são provavelmente bastante usados no começo do século XX, tanto por humanistas, religiosos ou não, quanto por sociedades negras, como se pode concluir de um artigo do jornal negro de São Paulo, *A Liberdade*, de 23 de novembro de 1919, assinado por Alberto Franco e intitulado “Cousas da Igreja”.⁵⁶ Nesse artigo, Franco cita o autor da *Vida de São Benedito, o Preto*, Francisco de Paula e Silva: “A cor é um acidente que nada influi nas qualidades psíquicas ou d’alma do individuo, que pode ser pura como um raio de luz, brilhante como cristal, e alva como a corolas dos lírios, embora ande prisioneira ao invólucro de um corpo preto”.⁵⁷

Theodoro Sampaio, o eminente engenheiro negro, escreve também no mesmo ano de 1919: “deixar o direito do homem, a própria dignidade humana, à mercê de um acidente de cor é renegar séculos de luta dos mais gloriosos da história da civilização”.⁵⁸ No mesmo sentido, Benedito Florêncio⁵⁹

55 Antonio Moniz de Souza, “Viagens e observações de um brasileiro”, (1834), *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 72 (1945), p. 133 *apud* Thales de Azevedo, *As elites de cor: um estudo de ascensão social*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 62.

56 Alberto Franco, “Cousas da Igreja”, *A Liberdade*, São Paulo, 23 nov. 1919, p. 1. Disponível no acervo Imprensa Negra Paulista, [↗](#).

57 Francisco Paula e Silva, *Vida de São Benedito, o Preto*, Bahia: Typ. de S. Francisco, 1913, pp. 11-12.

58 Theodoro Sampaio, “Sessão magna aniversária”, *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 45 (1919), p. 179 *apud* Azevedo, *As elites de cor*, p. 62.

59 Natural de Campinas, jornalista, militante negro, grande orador popular, de destacada atuação na imprensa local. Além de trabalhar em jornais de grande circulação, como o *Commercio de Campinas* e o *Diário do Povo*, foi um dos sócios-fundadores do *Centro Literário dos Homens de Côr* – posteriormente denominado *Federação*

argumentava, indignado, em uma crônica intitulada *Carta sem Cor*, publicada no periódico paulistano *O Alfinete* em novembro de 1921:

Para todos existem aqui corações, venham eles até da China, mas, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro só há uma sentença: é preto... De fato, somos dessa cor escura que um acidente científico da epiderme nos legou como uma maldição eterna, mas, devemos por isso estar sujeitos a essa situação humilhante de degradados sociais? Somos por acaso responsáveis pela cor que Deus entendeu que devemos ter? Não é verdade que um branco marmóreo, de nariz aquilino e cabelos loiros, sendo ladrão, bêbedo e imoral, é pior que um negro retinto honrado e digno?⁶⁰

Ressalte-se, portanto, que Abílio Cavalheiro, ao apresentar a *Sociedade dos Homens de Cor*, acredita nas qualidades inatas das raças e na doutrina humanista de que a cor não determina as qualidades morais dos homens. Se a Sociedade tinha ou não um órgão de divulgação, não sabemos. O que se sabe é que foi fundada em 6 de outubro de 1923 e que, por notícias publicadas em dois jornais de São José do Rio Preto – *O Município* e *A Notícia* –, tinha “elevado número de associados”.⁶¹ Sabemos também que, em 16 de novembro de 1926, a Sociedade aprovou novos estatutos, transformando-se em “centro beneficente”. Nessa ocasião, o dr. Mário Ferreira de Azevedo, que presidiu a assembleia extraordinária, “fez uma saudação vibrante à raça negra”.⁶²

Paulista dos Homens Pretos (1904) e, mais adiante (entre 1907 e 1908), *Federação Paulista dos Homens de Cor* –, redator-chefe da folha publicada pela mesma entidade, intitulada *O Baluarte* (1903), bem como colaborador do *Getulino* (1923), outro veículo representante da imprensa negra campineira. Cf. *O Baluarte*, Campinas, 15 nov. 1903, p. 3. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, [🔗](#); Cleber da Silva Maciel, “Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926) – alguns aspectos”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985, pp. 65-70, [🔗](#); José Galdino Pereira, “Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 a 1914”, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 87, [🔗](#).

60 Benedito Florêncio, *Carta sem cor*, *O Alfinete*, nov. 1921, pp. 2-3. Disponível no acervo Imprensa Negra Paulista, [🔗](#).

61 *O Município*, São José do Rio Preto, 1 nov. 1926, p. 20. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, [🔗](#).

62 *A Notícia*, São José do Rio Preto, 17 nov. 1926, p. 4. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, [🔗](#).

Entre 6 de outubro de 1923, data de sua fundação, e 15 de novembro de 1926, a Sociedade teria sido apenas “uma agremiação dançante”.⁶³ Porém, lembremos que seu nome, ao apelar para a união e para a força política que daí advém, nos faz pensar que se tratava talvez de uma associação pioneira. Sabemos ainda que a *Sociedade* atuou ao lado de várias outras agremiações étnicas, tais como a Sociedade de Jovens Sírios (fundada em 1923), o Centro Espanhol de Socorros Mútuos (fundado em 1917) e a Sociedade Italiana Cesare Battisti (fundada em 1924). É importante, contudo, salientar que Cavalheiro escreve textualmente que “ultimamente ignoramos quais sejam os nomes de seus diretores, mas sejam eles quais forem, aqui hipotecamos à brilhante associação os nossos profundos e sinceros votos de prosperidade.”⁶⁴ Ou seja, a associação continuava em operação, mas seus diretores eram desconhecidos para o autor, o que indica o possível isolamento da associação em relação à elite local.⁶⁵

Muito importante, também, é observar o lugar atribuído ao negro no tempo heróico da empresa civilizadora:

À medida que a locomotiva avança fazendo resfolegar os seus pulmões de aço por toda a parte já vai encontrando veredas por onde se afundam temerariamente todos esses homens a quem nós julgamos fracos e indolentes. É verdade que o branco segue-lhe as pegadas à pequena distância, mas a guarda avançada é sempre constituída por essa raça de mártires a quem injusta e estouvadamente consideramos inferior.⁶⁶

Ou, seja, os negros são desbravadores dos sertões, derrubando florestas e ocupando terras antes dominadas pelos indígenas, pertencentes, portanto, à frente demográfica a que se referiu Monbeig e Martins em seus livros clássicos que abordaram as zonas de fronteiras agrícolas.⁶⁷

63 *O Município*, São José do Rio Preto, 20 nov. 1926, p. 1. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, [↗](#).

64 Cavalheiro e Laurito, *Album Ilustrado*, p. 609.

65 Uma importante lacuna é ainda não termos informações sobre os diretores citados.

66 Cavalheiro e Laurito, *Album Ilustrado*, p. 609.

67 Pierre Monbeig, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, pp. 3-392; José de Souza Martins, *O cativo da terra*, São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 50-51.

Finalmente, devemos frisar que Cavalheiro se refere aos membros da sociedade como “negros”, “homens de cor”, e os agrupa na “raça negra”. Serão essas categorias êmicas, ou seja, usadas pelos próprios negros? Provavelmente sim, embora certamente o termo “preto” também fizesse parte do vocabulário cotidiano dos negros e não tenha sido referido.

O capítulo XV do Álbum, por sua vez, é uma “homenagem às colônias estrangeiras domiciliadas na comarca de Rio Preto e empenhadas no trabalho de engrandecimento da terra que as acolhe fraternamente” (Figura 2).

Conforme relatado, sua intenção “é a manifestação expressa de reconhecimento que os brasileiros sabem ter para com todos os que colaboram honesta e sinceramente pela prosperidade do Brasil, pátria comum de todas as raças”.

Figura 2: Galeria das Raças



Fonte: Cavalheiro e Laurito, *Album Ilustrado*, p. 621.

Cabe notar, inicialmente, que o autor considera que os brasileiros, de modo geral, reconhecem a contribuição destes para a “prosperidade do Brasil”. Mas quem são os brasileiros? São os naturais do país, “pátria comum de todas as raças”.⁶⁸ O termo raça, quando aplicado aos negros, índios e brancos, é demarcado pela cor da pele, tal como no pensamento colonialista e na teoria do racismo científico. Para os imigrantes, entretanto, o termo raça é utilizado no sentido de virtudes atribuídas ao carácter nacional, tal como no “pensamento imigrantista” do século XIX.⁶⁹ Repare-se que, para os nacionais, as raças são moduladas pela dicotomia virtudes/defeitos, para os estrangeiros apenas pela diversidade de virtudes.

A “Galeria das Raças” é, portanto, um elenco sobretudo de qualidades que cada nação estrangeira tem a oferecer ao Brasil, ainda que a imigração tenha trazido “de roldão alguns elementos nocivos à ordem”.⁷⁰

Ainda que em 1920, no município de São José do Rio Preto, os estrangeiros perfizessem pouco menos de 18% da população,⁷¹ na representação desenvolvida por Cavalheiro, sem tal contribuição não teria “se intensificado o aproveitamento de todas as utilidades econômicas perdidas por muitos anos na solidão da floresta”, “cuja população era mais de selvagens e feras que propriamente de homens civilizados”.⁷² Na frase a seguir, ele explicita o que seria a incapacidade dos nacionais de, por si próprios, fazer progredir e civilizar a região:

É evidente, que, sem o concurso dessa multidão convulsa de carácter heterogêneo [os imigrantes], não teríamos ainda cimentado o lastro da nossa sociedade, nem tampouco intensificado o aproveitamento de

68 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 621.

69 Giralda Seyferth, “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”, *Revista Usp*, n. 53 (2002), pp. 117-149, .

70 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 623.

71 8570 espanhóis, 8278 italianos, 3507 portugueses, 730 “turcos” e 725 japoneses compunham o grosso dos 22404 estrangeiros existentes à época no município, cuja população total era de 126796 indivíduos. Cf. Brasil, *Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de Setembro de 1920*, volume IV, 1ª parte, Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

72 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 623.

todas as utilidades econômicas perdidas por muitos anos na solidão da floresta, onde existiam verdadeiros tesouros agrícolas aguardando a chegada do braço civilizado. Aos nossos primeiros colonizadores, coube, é certo, a rude tarefa de desvendar ao mundo a existência das grandes possibilidades econômicas desse rincão da terra paulista, mas, conquanto seja nobilíssima e ousada tão temerária aventura, praticamente ela pouco significa na escala dos valores positivos, porque se ressentia da falta de iniciativas que ponham em realce a nobre cruzada dos primitivos bandeirantes.⁷³

Trata-se de um imaginário que faz inclusive *tabula rasa* de toda a economia do açúcar e do café que se desenvolveu nos séculos passados, ainda que, em outra passagem, Cavalheiro reconheça que a esses estrangeiros juntaram-se pessoas “de diversas zonas do Estado e mesmo de Minas”.⁷⁴ Ou seja, a representação é de uma área de fronteira, ganha a pouco tempo para a civilização, pelo trabalho árduo dos imigrantes: sírios, espanhóis, italianos e portugueses.⁷⁵

Outras raças não são citadas, apenas aludidas, pois seriam pouco ou quase nada sociáveis: “Há muitos elementos que constituem vida à parte, isolados num personalismo discreto sem a menor demonstração de sociabilidade [...] raças que não se adaptam à generalidade”.⁷⁶ Sem dúvida, o autor tinha em mente sobretudo os japoneses, a única outra colônia numericamente importante em Rio Preto nesse período.

73 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 623.

74 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 623.

75 As qualidades de tais “raças” são enumeradas na seguinte ordem: os sírios, que de mascates se tornaram proprietários de importantes casas comerciais, estabeleceram os caminhos entre povoados separados pela mata e tinham ambição, coragem e espírito de sacrifício. Em seguida, os espanhóis, os quais evidenciaram “em Rio Preto que o espírito ibérico se caracteriza sempre pela sede de aventura e a avidez de conquistas”, figurando consequentemente na lavoura, no comércio e na indústria”. Já o italiano, “aqui ou em qualquer parte é sempre o mesmo lutador indômito que sabe conquistar pelo trabalho e à luz de sua inteligência, não só as grandes fortunas, mas também as posições de maior relevo social”. Já a raça portuguesa é considerada igual à nossa, “separados de nós por uma fatalidade histórica”. Cf. Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, p. 625.

76 Cavalheiro e Laurito, *Album Illustrado*, 625.

A Racialização nas Cidades Paulistas nos Anos 1920

Como os negros de São José do Rio Preto se representavam social e racialmente? Começemos por notar que o nome da Sociedade não era de modo algum original. Lançado em 15 de novembro de 1903, o jornal negro *O Baluarte*, de Campinas, que tinha como chefe de redação o já mencionado Benedito Florêncio, trazia em sua edição de 15 de janeiro de 1904 um agradecimento à sociedade “União faz a Força”, de Rio Claro, pelo convite para assistir aos festejos de seu aniversário.⁷⁷ Isso nos leva a pensar que tais sociedades, reunindo “homens de cor” ou “homens pretos”, cuja direção era composta por homens socialmente estabelecidos e letrados, espalhavam-se pelo Oeste, valendo-se às vezes de um mesmo nome, como se formassem uma rede. *O Baluarte*, devemos lembrar, intitulava-se “Órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Côr”.⁷⁸ Esse mesmo Centro, embora renomeado, em abril de 1904, como “Federação Paulista dos Homens Pretos”, teve sua denominação novamente alterada, entre meados de 1907 e 1908, para “Federação Paulista dos Homens de Côr”.⁷⁹ Ademais, nota-se que o designativo “homens de cor” reproduzia-se no nome de uma sociedade de ajuda mútua campineira instituída por pretos em 1915, a “Liga Humanitária dos Homens de Cor”,⁸⁰ enaltecida nas páginas de outro periódico negro local, o *Getulino*, fundado em 29 de julho de 1923.

Conforme já mencionado, no começo do século XX, as associações negras geralmente não se denominavam como de “raça”, mas como “de

77 *O Baluarte*, Campinas, 15 jan. 1904, p. 3. Disponível no acervo Imprensa Negra Paulista, [↗](#).

78 Cf. *O Baluarte*, Campinas, 15 nov. 1903, p. 3.

79 Embora a literatura local comumente atribua ao senhor Benedito Evangelista, membro histórico da Federação Paulista dos Homens de Cor, o relato de que a mudança do designativo “Homens Pretos” para “Homens de Cor” teria sido uma sugestão do ex-deputado federal negro Monteiro Lopes – que visitara a sede da entidade em 1909 –, notamos a partir de requerimentos oficiais enviados pela aludida instituição à prefeitura de Campinas que tal alteração se deu, na verdade, entre os meses de maio de 1907 e 1908. Disponível no Arquivo Municipal de Campinas, [↗](#).

80 Essa entidade tinha como objetivos viabilizar “assistência médica, hospitalar, pecúlio e auxílios funerários aos associados, preferencialmente negros”. Cf. Maciel, “Discriminações raciais”, p. 55.

homens cor” ou de “homens pretos”. O próprio *Getulino* intitulava-se “órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos”, ainda que nele pudessem ser encontradas, indiscriminadamente, expressões como “famílias de cor”, “descendentes daquela mesma raça” ou mesmo “raça negra”.

O termo “classe” era muito mais utilizado que “raça” para se referir aos homens de cor ou aos pretos até pelo menos meados dos anos 1920. Logo na capa d’O *Baluarte*, exatamente no cabeçalho, destacava-se propositalmente para os leitores em letras maiúsculas: “dedicado à defesa da *classe*”. Nas páginas do *Getulino*, seus articulistas também soíam reiterar os propósitos do periódico: “trabalhar em prol da *classe*” e manter a “vigilância [...] contra toda e qualquer manifestação prejudicial a nossa classe”.⁸¹ Seguia-se, assim, uma tradição linguística que remontava à Roma antiga, onde se falava de “classe de escravos”.⁸²

Não sabemos ao certo como os negros de Rio Preto se autodesignavam, mas não seria incomum que já se vissem, e não apenas fossem vistos, como uma “raça”, tal qual os grupos étnicos enxergavam a si mesmos. Essa hipótese parece bastante plausível à medida que observamos alguns textos veiculados pelo *Getulino*.

Em seu primeiro exemplar, Benedito Florêncio publicava orgulhosamente o artigo intitulado “O aparecimento desse periódico é o efeito da evolução de uma *raça*”.⁸³ Em outro escrito, denominado “Liberdade intelectual”, Christovam A. Junior⁸⁴ arrogava uma identidade racial particular ao afirmar que os postulados que negavam a inteligência da

81 Cf. *Getulino*, Campinas, 12 ago. 1923, p. 1 e 2 set. 1923, p. 1. Disponíveis respectivamente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil,  ; .

82 Sidney Chalhoub escreve: “Vimos mais atrás que Eusébio de Queiroz, em seu discurso na Câmara dos Deputados em 16 de julho de 1852, utilizou a palavra classes numa acepção bastante precisa: as duas classes existentes eram a dos “livres” e a dos “escravos”. Perdigão Malheiro, no volume publicado em 1867, parece conferir à palavra um sentido mais matizado. O fumo confundia no público “todas as classes”, o que sugere que este autor entendia a sociedade como dividida em mais de duas classes”. Cf. Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 119 e 214.

83 *Getulino*, Campinas, 2 dez. 1923, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, .

84 Infelizmente não encontramos informações sobre o autor.

“*raça negra*” ignoravam “fatos históricos”. Em suas palavras, “sociólogos e psicólogos” prognosticarem “o desaparecimento da gloriosa *raça negra*” constituía uma “coisa [...] descabida e insustentável”.⁸⁵ Isso sem contar a resposta do *Getulino* a uma aparente provocação com teor racista difundida pelo semanário ítalo-paulistano *Il Pasquino Coloniale*, o qual teria ironizado o concurso de beleza para mulheres negras organizado pela folha campineira, sugerindo que o cheiro do recinto onde a festa de premiação das vencedoras fora promovida era desagradável. O periódico dirigido por Guedes e Moraes repudiara a tentativa do *Pasquino* de “amesquinhar a *raça negra*” sob o argumento de que a “pele pigmentada” não tornava ninguém inferior. Exaltava-se, acima de tudo, o fato de as moças pretas pertencerem à “raça de cor”, da mesma forma que outras, ponderava o jornal, “são brancas ou amarelas”.

Dessa época data, inclusive, a ênfase na formação de uma “raça brasileira”. José de Nazaré,⁸⁶ também em artigo publicado no *Getulino*, defendia que a contribuição do negro para uma “raça” composta por “elementos heterogêneos” como a “brasileira” residia justamente na “bravura, nos talentos e na operosidade”.⁸⁷ Tal interpretação parece igualmente se reproduzir em meio à imprensa tradicional rio-pretense na medida em que o jornal *A Notícia* reconhecia que a “Sociedade Homens de Côr União faz a força” era “digna de consideração”, pois dela faziam parte “pessoas modestas, mas trabalhadoras”.⁸⁸ Ou seja, congregaria, provavelmente, uma classe trabalhadora economicamente estabilizada, porém, não profissionais liberais e comerciantes afluentes.

O *Baluarte* também lança luz sobre quem, em Campinas, eram os pobres, os miseráveis, aqueles que deveriam ser ajudados a se reincorporarem

85 Christovam A. Junior, “Liberdade intelectual”, *Getulino*, Campinas, 21 out. 1923, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

86 *Getulino*, Campinas, 4 nov. 1923, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, [🔗](#).

87 José de Nazaré, A raça brasileira, *Getulino*, Campinas, 20 dez. 1924, p. 4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

88 *A Notícia*, São José do Rio Preto, 30 nov. 1926, p. 21. Disponível no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, [🔗](#).

à sociedade local e educados na decência e nos bons costumes. Na edição de 15 de janeiro de 1904, o impresso definia os “miseros” da seguinte maneira:

dividem-se em três classes distintas: 1. servidores da Pátria, veterano do Paraguai, voluntários de ontem, desgraçados de hoje; 2. pretos alquebrados sobre [sic] o peso de mil sofrimentos, disformes pelos hediondos castigos físicos que sofreram, mártires de ontem, desgraçados de hoje; 3. finalmente pobres estrangeiros que deixando o céu poético e límpido de seu amado país, deixando filhos e esposas, parentes e amigos, vieram até esse país à procura de sua subsistência a fim de minorar a precária situação que os definhava.⁸⁹

Ou seja, à parte os nativos não exterminados, que quando livres em suas terras são retratados como selvagens, juntos no infortúnio, na pobreza, estavam veteranos da Guerra do Paraguai, os ex-escravizados das lavouras cafeeiras e os imigrantes sem família e sem proteção comunitária. Esse parece ser o cenário social do final dos anos 1920 e começo dos anos 1930.

Considerações finais

No Brasil, desde meados do século XIX, quando edições do *Almanaque Laemmert* começaram a ser publicadas no Rio de Janeiro, espelhadas em congêneres franceses, álbuns ou almanaques tornaram-se empreendimentos literários bastante comuns, compostos de peças de “leitura ligeira”,⁹⁰ empregadas para festejar e construir representações laudatórias de municipalidades e outras instituições, na maioria das vezes empenhadas em ressaltar o alinhamento destas ao progresso e à modernidade, trazidos pelo avanço do capitalismo.⁹¹ Tanto no plano material, das mercadorias e serviços a serem consumidos, quanto no plano cultural, das novidades, das atualidades, do

89 *O Baluarte*, Campinas, 15 jan. 1904, p. 1.

90 E de conteúdo efêmero, que inevitavelmente se desatualiza de um ano para outro. Daí talvez resulte o dizer pejorativo: “cultura de almanaque”.

91 Felipe Narita e Oswaldo Truzzi, “Almanaques de Campinas: alcances e limites da modernidade no Oeste Paulista” in Maria Alice Ribeiro (org.), *Almanaques de Campinas – Fortuna Crítica* (Campinas: CMU Edições, 2025), pp. 21-57.

ordenamento econômico, administrativo e jurídico e dos modos de pensar, tais obras, produzidas por protagonistas das elites locais, de algum modo encarnavam uma espécie de missão civilizatória, ao proporem ao leitor o reconhecimento do que deveria ser louvado no presente vivido nas localidades, como etapa a se alcançar um futuro idealizado. Se na capital paulista há registros de almanaques publicados desde 1857,⁹² no Oeste Paulista essas publicações também reverberaram – embora defasadas, ao tempo próprio da ocupação e desenvolvimento de cada região – em cidades bastante distantes da mesma.⁹³

A partir da análise de páginas e capítulos do *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto* de 1929, selecionados pelas explícitas referências a raças e associações negras, buscamos neste artigo estabelecer alguns parâmetros para a análise das relações étnico-raciais do Oeste Paulista nos anos 1920. Essas páginas foram cotejadas com matérias de jornais locais ou regionais de circulação ampla ou restrita, além de outros documentos impressos. Conforme as possibilidades apresentadas por materiais empíricos a serem coletados, pretendemos estender esse tipo de análise a outros polos regionais do Oeste Paulista, para daí derivar um padrão (ou padrões, segundo épocas distintas de ocupação do território, por exemplo). Constatamos, como era esperado, que o discurso racista oriundo de teorias eugenistas e da teoria das raças era de uso amplo e normal nesses anos 1920.

O discurso racial, quando aplicado para posicionar socialmente os negros nas classes respeitáveis de Rio Preto, tinha um caráter benevolente e subalternizador. A benevolência decorria da doutrina humanista e cristã da igualdade entre as raças perante o Senhor, no qual a alma e as virtudes deveriam ser buscadas independentemente de seu invólucro corporal, a aparência física. Muito influente na época era o livro do bispo

92 Ana Maria de Almeida Camargo, *Os Primeiros Almanques de São Paulo – introdução à edição fac-similar dos almanques de 1857 e 1858*, São Paulo: IMESP/DAESP, 1983, pp. 7-62.

93 Nesse sentido, podemos nos referir a distintos “interiores paulistas”. Cf. Maria Izilda Santos de Matos e Oswaldo Truzzi, “Colonização e fronteiras: portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo”, *História (São Paulo)*, v. 39 (2020), pp. 1-22, .

Francisco de Paula e Silva sobre a vida de São Benedito.⁹⁴ A subalter-
nidade, por sua vez, era realçada pelas virtudes da humildade, deferência
e esforço físico.

Quando aplicado aos grupos étnicos, o discurso racial procurava
organizá-los pela origem nacional e ressaltar diferentes virtudes como
características de cada um deles. Esse discurso era também utilizado para
construir os brasileiros como povo que se constituía pela recepção de
diferentes raças, algumas mais virtuosas que outras.⁹⁵ Ou seja, a teoria das
raças podia ser empregada para estabelecer qualidades e defeitos de grupos
sociais, ou para estabelecer qualidades positivas diversas. No primeiro caso,
esse discurso era empregado para naturais do país; no segundo, para grupos
imigrantes europeus. Exceções dignas de nota são os japoneses, conside-
rados à época inassimiláveis e isolados, e os indígenas, que representavam
um perigo a ser eliminado. Essas exceções são centrais para compreender
a teoria das raças. Elas nos dizem sobre aquelas organizadas em posições e
classes numa ordem social nacional, e aquelas que são exteriores à ordem
social e a ameaçam, ou seja, aquelas que são hierarquizadas e aquelas que
precisam ser eliminadas ou isoladas.

Devemos ressaltar que o Oeste Paulista, e São Paulo como um
todo, apresentava um quadro de relações raciais bastante diferente da
matriz luso-brasileira, tecida originalmente nas áreas de colonização
antigas, dominadas por plantações de cana-de-açúcar, algodão, café, fumo
e pela mineração, em que a população de origem portuguesa era sobre-
pujada ou igualada pela presença de africanos e indígenas, escravizados,
libertos ou livres, e seus descendentes. A chegada de imigrantes europeus
em grande quantidade, substituindo a mão de obra ex-escravizada e os
nacionais, alterou a composição demográfica em São Paulo e tensionou

94 Francisco Paula e Silva, *Vida de São Benedito, o Preto*, pp. 11-12.

95 Guimarães procurou desenvolver uma explicação dos preconceitos raciais a partir
de uma releitura de Norbert Elias. Utilizamos aqui esses *insights*. Cf. Antonio
Sérgio Alfredo Guimarães, *Preconceito racial: modos, temas e tempos*, São Paulo:
Cortez, 2008; Norbert Elias, “Group Charisma and Group Disgrace”, in Johan
Goudsblom e Stephen Mennell (Eds.), *The Norbert Elias Reader* (Londres: Blackwell
Publishers, 1998), p. 106.

o antigo padrão de acomodação racial luso-brasileiro. Cabe desenvolver uma investigação mais aprofundada sobre se os imigrantes europeus trouxeram consigo um modo próprio de ver os povos colonizados e ex-escravizados, modo tributário principalmente do contexto internacional de expansão do colonialismo europeu na África e, mais tarde, do desenvolvimento do fascismo na Europa. O fato é que um discurso novo começou a ser tecido em São Paulo, atribuindo à imigração europeia o nascimento de um Brasil moderno e industrial, que teria rompido com o padrão colonial português. Neste texto exploramos alguns indícios ainda inconclusivos.

Por outro lado, estamos acostumados a pensar o antirracismo como a recusa à noção de raça. Esse pensamento se estabeleceu no pós-Segunda Guerra como resultado das conferências da UNESCO.⁹⁶ Ao contrário, para a intelectualidade brasileira do pré-guerra, tal como encontramos no Oeste paulista, particularmente em São José do Rio Preto, raça era uma noção central para pensar o mundo social. Ela servia para expressar as virtudes dos grupos humanos colonizadores e colonizados. Portanto, podemos dizer que as crônicas que analisamos faziam parte de uma tradição que recusava a hierarquia das raças, mas utilizava correntemente a noção de raça.

A argumentação racialista, mas antirracista, de Cavalheiro desenvolve-se em dois movimentos: por um lado, nega os defeitos comumente atribuídos aos povos africanos, buscando, ao contrário, encontrar virtudes que facilitaram a sua integração na sociedade pós-colonial e pós-escravista, ao tempo em que realça as virtudes dos povos colonizadores imigrantes; por outro lado, procura desvincular a principal marca racial – a cor da pele – dos estigmas racistas, o que faz buscando o repertório cristão (grego-latino-judaico-cristão) da dualidade entre corpo e alma, em que o primeiro é apenas o invólucro do segundo – ou seja, a cor é apenas aparência.

96 Marcos Chor Maio, “*A História do Projeto Unesco. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*”, Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Racismo e antirracismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1999.

Do lado de fora desse quadro racial de positividade utilizado por Cavalheiro, ficaram os “bugres” – os indígenas cuja cultura deveria ser destruída e cujas terras precisariam serem desmatadas e expropriadas – e os japoneses, ainda bastante isolados em suas comunidades étnicas.

Tal discurso parece dever mais ao desejo de Cavalheiro de apresentar Rio Preto aos paulistas como uma cidade progressista, moderna, e acolhedora de todas as raças, que a uma representação do pensamento racial dos riopretenses da época.

É provável que apenas nos anos 1940 a linguagem das “classes” tenha reposto aquela das “raças” no senso comum erudito e o projeto de nação brasileira tenha sido remodelado para afastar o risco do racismo que destroçava a Europa. É o que podemos encontrar em *Oeste paulista*, de Tavares de Almeida, quando todos os preconceitos contra grupos sociais são moldados em nova linguagem da nacionalidade – os italianos são desvalorizados quando mostram dificuldade em se abramileirar e se miscigenar,⁹⁷ enquanto mineiros e baianos,⁹⁸ exaltados como desbravadores das terras paulistas, são sobrepujados pela “experiência” dos estrangeiros. Assim, os preconceitos passam a ser referidos à classe social: “na sociedade sertaneja, não há o preconceito de cor. O homem de cor penetra nas rodas que suas condições financeiras lhe permitem. Ele é recebido sem reservas entre seus pares de fortuna. Condiciona-o a uma situação inferior apenas a sua pobreza”.⁹⁹

Sugerimos que, com a chegada da Grande Guerra e com o Brasil tomando o lado dos Aliados contra o Eixo, a propaganda antirracista, que visava basicamente o fascismo italiano e o nazismo alemão, ganha força e

97 “A realidade, embora não fosse decepcionante, era outra e a revelação chegou com os primeiros agentes da propaganda da Itália fascista. A assimilação não fora total como parecera e o que havia de falso mostrou-se a observadores conscientes”. Cf. Antonio Tavares de Almeida, *Oeste Paulista: a experiência etnográfica e cultural*, Rio de Janeiro: Alba Editora, 1943, p. 176.

98 “O mineiro que povoou Rio Preto era dos mais claros mestiços de Martius”. “O estrangeiro avultou na entrada e com a experiência que trazia da zona velha sobrepujou o mineiro e o baiano, aos quais ficaram os árduos trabalhos das derrubadas”. Cf. Tavares de Almeida, *Oeste Paulista*, p.139.

99 Tavares de Almeida, *Oeste Paulista*, p. 143.

unifica as elites paulistas contra o que passa a ser visto paulatinamente como quistos raciais.¹⁰⁰ Ainda que o imaginário das teorias raciais da eugenia continue a balizar o comportamento social, cada vez mais ele retrocederá às sombras, e paulatinamente as novas teorias culturalistas da antropologia e as teorias sociológicas alojadas na Escola de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo ganharão circulação social.

Do mesmo modo, devemos também investigar futuramente se e quando ocorre no Oeste Paulista a virada para a negação das raças humanas e o desenvolvimento de um novo padrão de acomodação mais semelhante ao antigo padrão luso-brasileiro, tal como se encontra na ideia de democracia racial.

Recebido em 09 jul. 2025

Aceito em 11 nov. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i72.68548

100 Cf. Giralda Seyferth, *Nacionalismo e Identidade Étnica*, São Paulo: FCC, 1982.

Nos anos 1920, conforme as teorias das raças humanas eram revigoradas em meio à disseminação dos postulados da eugenia, o município de São José do Rio Preto, outrora uma zona de fronteira, tornava-se um importante centro urbano na região da Araraquarense, beneficiado pelo *status* de ponto final da Estrada de Ferro Araraquara. A partir da cultura impressa ali desenvolvida, viabilizada pela chegada de uma primeira geração de migrantes letrados e informados pelas teorias raciais, este texto se propõe a examinar como a sociedade do Oeste Paulista se relacionava com os negros socialmente afluentes. Mediante a análise do *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto*, de 1929, e do seu cotejamento com outros impressos, analisamos o modo como os negros socialmente estabelecidos são apresentados na obra e também a maneira como os negros com alguma respeitabilidade social apresentavam a si mesmos em São Paulo, Campinas e no Oeste Paulista.

Negros | São José do Rio Preto | Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto | Sociedade Homens de Côr | Galeria das Raças

BLACKS IN A BENEVOLENT FRAMEWORK: ABOUT A CHRONICLE FROM 1929

In the 1920s, as theories of human races were being reshaped amid the spread of ideas on eugenics, the municipality of São José do Rio Preto, once a frontier area, became an important urban center in the Araraquarense region, benefiting from its status as the final stop of the Araraquara Railroad. The print culture that developed there was made possible by the arrival of a first generation of literate migrants who were informed by the racial theories then in vogue. This text aims to examine how society in Western São Paulo related itself to socially affluent blacks. By analyzing the 1929 Illustrated Album of the District of Rio Preto, in comparison to other printed materials, the paper examines the way in which socially established blacks are presented in the respective works and also the way in which blacks with some social standing presented themselves in São Paulo, Campinas, and Western São Paulo.

Black Brazilians | São José do Rio Preto | Illustrated Album of the District of Rio Preto | Men of Color Society | Galeria das Raças